



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS- CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL-DSS

Wirlline da Silva Santos

Política de Habitação e Serviço Social: aExperiência de Mobilização
Comunitária do Conjunto Bairro das Cidades.

Campina Grande – PB

2013

Wirlline da Silva Santos

Política de Habitação e Serviço Social: a Experiência de Mobilização
Comunitária do Conjunto Bairro das Cidades.

Trabalho de Conclusão,
apresentado ao curso de
graduação em Serviço Social
da Universidade Estadual da
Paraíba, para obtenção do
título de Bacharel em Serviço
Social no período 2013.1

Orientadora: Prof^aDr^a Marília Tomaz

Campina Grande – PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA I – UEPB

S237p Santos, Wirlline da Silva

Política de habitação e Serviço Social: a experiência de mobilização comunitária do conjunto Bairro das Cidades / Wirlline da Silva Santos. – 2013.

31f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira, Departamento de Serviço Social”.

1. Política de Habitação. 2. Serviço Social. 3. Associação de moradores. I. Título.

21. ed. CDD 363.5

WIRLLINE DA SILVA SANTOS

**Política de Habitação e Serviço Social: a Experiência de Mobilização Comunitária do
Conjunto Bairro das Cidades**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como exigência acadêmica
para obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social da Universidade Estadual
da Paraíba.

Aprovada em: 07/11/2013

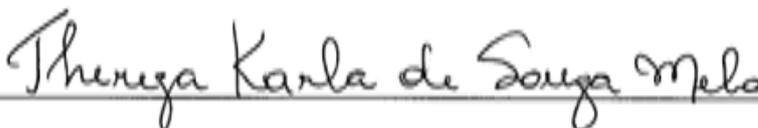
Nota: 8,5

Banca Examinadora



Profª Drª Marília Tomaz de Oliveira - UEPB

(Orientadora)



Profª Ms Thereza Karla de Souza Melo – UEPB

(Examinadora)



Profª Ms Célia Castro – UEPB

(Examinadora)

Dedico este trabalho aos meus familiares que me inspiraram a ser quem sou, e ao meu pai (In memoriam), a quem agradeço por seu amor. Ao meu esposo e filhos que me incentivaram para que eu pudesse concluir o curso.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus pelo direcionamento e suporte incessantes e cotidianos em todos os momentos de minha vida, seja pessoal, acadêmica e profissional.

Aos meus pais, irmãos, esposo e filhos.

À minha orientadora.

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
COTS	Caderno de Orientações Técnicas da Caixa
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRODEC	Programa de Desenvolvimento de Comunidade
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SOSUR	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
STTP	Superintendência de Trânsito e Transporte Público

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. A Trajetória da Política de Habitação no Brasil: Breve Aproximação..	1
3. A Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) – Gestora do Programa Habitacional da Paraíba.....	9
3.1 O trabalho Técnico Social do Programa Pró-Moradia da CEHAP.....	11
4. O Serviço Social e a atuação na Política de Habitação.....	13
5. A Experiência no Campo de Estágio.....	15
6. Considerações finais.....	18
Referencias	20

Política de Habitação e Serviço Social: a Experiência de Mobilização
Comunitária do Conjunto Bairro das Cidades

Resumo

WIRLLINE DA SILVA SANTOS¹

O presente artigo apresenta a importância da atuação do Assistente Social na Companhia de Habitação Popular (CEHAP), em Campina Grande, compreendendo os desafios encontrados por esse profissional na implementação da política de habitação no município. Na elaboração desse artigo foi realizada a revisão bibliográfica relacionada à política de habitação no Brasil para a construção do espaço urbano através de autores como, Maricato (2008), Rolnik (2011), Abreu (1987), a atuação do Serviço Social, Netto (1991) e Yamamoto (2005), entre outros. Trazemos a experiência do trabalho de intervenção em campo com os moradores e em especial com a associação dos moradores do bairro das cidades para o fortalecimento da associação. Trazemos o tema com os seguintes itens: A trajetória da política habitacional no Brasil, o Serviço Social na habitação; A Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP – gestora de Programa na Paraíba e no município de Campina Grande e a experiência de intervenção no campo de estágio.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Habitação; Serviço Social; Associação de Moradores

ABSTRACT

The current article aims to discuss the performance of the Social Worker in Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), in Campina Grande, comprising the challenges faced by these professionals in the implementation of habitation politics in the county. In the preparation of this article, a bibliographic review related to housing policy in Brazil for the construction of urban space was conducted. The authors mentioned are Maricato (2008), Rolnik (2011), Abreu (1987), the situation of social service, Netto (1991) and Yamamoto (2005), among others. Bringing the experience of intervention work in practice with the locals and in special with the association of the Bairro das Cidades's locals, in aim to analyze the challenges

of actuation of this professional in CEHAP and the work of strengthening of the association on the habitational group Bairro das Cidades. We bring the theme to the following points: The trajectory of the housing policy in Brazil; The Social Service on habitation; The Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP - program manager in Paraíba and in the county of Campina Grande; The intervention experience in the field internship.

Keywords: Housing poliey, Social Service, Residents Association.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a atuação do assistente social na Companhia de Habitação Popular (CEHAP), em Campina Grande, compreendendo os desafios encontrados por esse profissional na implementação da política de habitação no município.

O interesse pela temática ora desenvolvida surge em função da minha experiência de estágio obrigatório na Companhia de Habitação Popular, despertando o anseio de analisar e compreender melhor a política habitacional, no município de Campina Grande, no conjunto bairro das cidades, e seus reflexos na atuação do assistente social no município, e também abordando o fortalecimento da associação dos moradores do bairro das cidades. A partir dessa experiência elaboramos um projeto assim sendo, a minha escolha pelo tema teve o intuito de entender melhor tais relações tão desafiadoras para a profissão. Compreendendo a política de habitação não só como a moradia em si, mas a atuação da companhia de habitação no município e os desafios dos moradores do conjunto bairro das cidades em suas conquistas e melhorias no conjunto em que vivem. Trataremos nesse artigo: A trajetória da política habitacional no Brasil, a CEHAP – gestora do Programa na Paraíba e no município de Campina Grande o Serviço Social na habitação, e a Experiência de Intervenção no Campo de Estágio.

2.0 A Trajetória da Política de Habitação no Brasil: Breve Aproximação.

É necessário entender como se organizou a política de habitação no Brasil. Segundo Maricato (2008), o planejamento da política de habitação no Brasil é recente, pois por muitas décadas o processo de urbanização no país, tomou um rumo dramático, se consolidou de maneira bem desestruturada, não existindo na maioria das cidades brasileiras um planejamento urbano, os investimentos realizados nas cidades foram com o intuito de embelezar, favorecer a rede imobiliária e garantir a modernidade de locais centrais. Sendo assim, a maior parte da população foi excluída desse “planejamento”, essa constatação nos leva a entender o porquê das apropriações em locais como as encostas dos rios, morros, área de preservação ambiental, ou seja, locais sem

nenhuma infraestrutura necessária para moradia. A configuração espacial da cidade visa atender o interesse do mercado imobiliário, para quem pode ter acesso e não é pensado um plano urbanístico que garanta o direito de uma moradia para toda a população.

Infelizmente sabemos o rumo que tomou as cidades, não é novidade para ninguém o desordenamento vivenciado por todos, onde se apresenta inúmeros problemas urbanos, como o transporte individual e poluente, a violência urbana, a moradia ou a falta dela, enfim, todas essas dificuldades que sabemos tornam a vida na cidade um caos. Sem falar das desigualdades sócio territoriais que dividem os espaços, entre os que podem comprar e os que não podem. Porém, pretendo aqui falar da questão habitacional e mais do que isso, quais as políticas que estão sendo adotadas para uma reforma urbana no Brasil. Maricato (2008) nomeia todo esse processo de tragédia urbana.

A dimensão da tragédia urbana brasileira de respostas que acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das “ideias fora do lugar” tão característica do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 2008, p.15)

No que se refere à questão urbana, Queiroz e Santos (2011) revelam que os problemas das nossas cidades precisam ser envolvidos como partes fundamentais de uma questão nacional. E que a cidade contemporânea brasileira resulta em dois mecanismos complementares: a livre mercantilização e a perversa política de tolerância com todas as formas de apropriação do solo urbano. (QUEIROZ & SANTOS, 2011, p.4)

Essa constatação afirma o que já foi dito anteriormente em relação ao investimento e valorização do capital imobiliário associado aos interesses capitalistas e do Estado, este como principal aliado e mantedor dessa política de segregação espacial. E também apresenta algo que é fundamental, a tolerância com as formas de ocupação do solo urbano, ou seja, a omissão por parte do Estado no planejamento do crescimento urbano. Planejamento é

competência do Estado e este é expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário. (MARICATO, 2008)

Mesmo com todos os problemas urbanos atuais, a partir da década de 1970 tivemos alguns atores sociais envolvidos em movimentos populares em torno da luta pela moradia, assim como o movimento pela regularização dos loteamentos no Brasil. Igualmente com os pesquisadores da área de sociologia urbana, que começavam a denunciar o processo de formação das cidades brasileiras, através de pesquisas de campo (ROLNIK, 2011)

Neste contexto, os movimentos sociais urbanos a partir da década de 1970 caracterizam uma nova etapa na história dos movimentos sociais que absorvem por um lado a deterioração das condições de vida do morador, e de outro, a crítica ao sistema do capital.

Durante anos, o Movimento Nacional de Luta Pela Reforma Urbana vem protagonizando importantes lutas e conquistando vitória como a aprovação na constituinte, nos anos 1980, reforma urbana, a criação do Fórum de Reforma Urbana, acompanhado pela negociação dentro da constituinte, do capítulo de política urbana, o que incitou a criação da lei Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, regulamentada pelos artigos 182 e 183 da constituição federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Esta lei, denominada estatuto da cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Outra conquista importante foi a criação do Ministério das Cidades em 2003, que engloba as seguintes áreas de competência: a política de desenvolvimento urbano, políticas setoriais de habitação, de saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito, articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não governamentais na gestão das áreas de competência, política de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano, planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação dos recursos e participação na formulação de diretrizes gerais de recursos hídricos. O Ministério é formado por cinco secretarias setoriais: Secretaria Nacional de Habitação, de Saneamento Ambiental, de

Transporte e Mobilidade, de Programas Urbanos e pela Secretaria Executiva (PAIS & JUNQUEIRA, 2010). Nesse sentido, Rolnik (2011) fala sobre a criação do ministério das cidades:

O mesmo foi montado em cima de uma aposta muito ligada à agenda da Reforma Urbana que historicamente tinha um tripé, desde a primeira constituinte. Um pedaço dela é a afirmação dos direitos dos posseiros, dos ocupantes, daqueles que constituíram assentamentos informais, populares, por absoluta falta de acesso à terra urbanizada e à moradia. O segundo ponto é o que a gente chama “a implementação de um modelo baseado na função social da cidade e da propriedade”. Isto significa que a terra e a propriedade urbana têm que cumprir uma função social, além de cumprir sua função de patrimônio privado de quem é o dono. E finalmente o terceiro eixo que esta na raiz dos outros dois, é a participação, o que a gente chama de gestão democrática do país. É a idéia de que o processo decisório sobre as políticas tem que incluir os excluídos historicamente, as políticas públicas no Brasil são excludentes, porque os processos que as diferem são historicamente excludentes. (ROLNIK, 2011, p. 13)

Para muitos autores a criação do Ministério das Cidades foi um avanço fundamental na política urbana e nas políticas de habitação, pois o mesmo ocupou um vazio institucional. Porém, para o autor, muito do que foi inicialmente proposto na consolidação do Ministério das Cidades, como uma ideia inovadora, foi ameaçado em 2005, com mudança na direção do Ministério das Cidades:

O movimento popular de moradia, desde que implantou o Estatuto da Cidade e podia fazer iniciativa de projeto de lei, desde a constituinte, apresentou um projeto de lei criando a idéia de um Sistema de Habitação de interesse

social, como o SUS da saúde. Um sistema estruturado nos três níveis, governo local, com controle social, com transferência de recursos fundo a fundo, estruturando a área de desenvolvimento urbano que nunca foi estruturada. (ROLNIK, 2011, p.15)

Não se pode negar a importância destas conquistas, porém, como ressalva Maricato (2008), a experiência brasileira mostra, no entanto, que conquista formal legal nunca será suficiente. Vários juristas afirmaram que os capítulos 182 e 183 da constituição brasileira são auto – aplicáveis e não exigem regulamentação:

Concentrar os reforços nas conquistas legais formais conduz ao fetichismo ou a mistificação dos instrumentos jurídicos, como se eles trouxessem a solução em sua formulação técnica. Aprovar a lei no Congresso Nacional é um desafio, aplicá-la depois, em nível municipal, é outro. Ela requer enfrentamento dos proprietários fundiários e imobiliários que estão longe de constituir um setor frágil em nossa sociedade patrimonialista. (MARICATO, 2008, p.92)

Todos reconhecem que no Brasil “há leis que pegam e há leis que não pegam”, tudo depende do que se trata e de quem se trata, ou seja, tudo depende dos interesses em jogo. (MARICATO, 2008).

Em janeiro de 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de promover o crescimento econômico, através de uma série de obras e investimentos em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. O setor habitacional foi contemplado entre as grandes linhas. Investimentos em infraestruturas e estímulo ao crédito e ao financiamento – com ações baseadas em três eixos: infraestrutura logística, energética, social e urbana.

Em 2008, dentro do PAC Habitacional, o governo federal lança o Programa Minha Casa, Minha vida, que pretende viabilizar o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos (reduzindo o déficit habitacional) e colocou a habitação de interesse social na agenda do País. Todavia, é fundamental que esse programa esteja articulado com as outras ações previstas no Plano Nacional de Habitação. (PAZ& JUNQUEIRA, 2010)

Rolnik (2011) fala sobre a parte financeira no Brasil, onde a problema da crise financeira foi a transformação da moradia de política social em política mercantil e financeira e comenta sobre a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, que nada tem haver com o modelo anterior ao Ministério das Cidades, o qual foi formado com o intuito de garantir a não falência de um conjunto de sete grandes construtoras, com o dinheiro público, do orçamento através da inclusão via mercado. Essas construtoras almejam o lançamento de grandes empreendimentos imobiliários, captaram recursos para ser com terras e com os projetos para fazer o lançamento, porém veio a crise.

Elas abriram o capital, veio à crise e iam falir, tinham mobilizado capital. Com isso o Ministério da Fazenda e o Governo Federal se utilizaram disso para garantir a não crise no Brasil, gerando empregos na construção civil, com o orçamento do governo lançam um subsídio enorme para que as pessoas possam comprar o que as empresas já estavam prontas para lançar. Só que as empresas tinham umas 250 mil casas para ser lançadas, o governo lança 1 milhão de casas. (ROLNIK, 2011, p. 15)

Sendo assim, o governo intervém buscando reduzir os efeitos da crise para o capital através de geração de empregos na construção civil, utilizando o dinheiro público do orçamento para manter o programa e ampliar a capacidade de consumo dos trabalhadores. As empresas construtoras adaptam esse produto para poder chegar a setores que antes não chegavam via financiamento: de 4 a 5 salários mínimos. Então, lança-se o programa Minha Casa, Minha Vida com essa perspectiva.

O Minha Casa, Minha Vida é um lindo programa industrial, fantástico, Keynesiano, mas não é uma política habitacional, é um programa industrial que vai à perspectiva de distribuição de renda, de ampliação de mercado, de inclusão do trabalhador no mercado. (ROLNIK, 2011, p. 16)

Desta forma, verificamos que mesmo o País tendo avançado em algumas políticas, através de conquistas importantes como os capítulos 182 e 183 da constituição e a criação do Ministério das Cidades, trair conquistas não conseguem garantir a concretização de uma política urbana, infelizmente uma grande parcela da população ainda sobrevive em péssimas condições de moradia e não conseguem se emancipar, em termos de uma melhor qualidade de vida. Compreende-se assim que se faz urgente a apropriação pelo movimento popular, pois ainda existe um grande desafio a ser superado, sendo necessária a criação de mecanismos de luta, de forma a pressionar os governantes para que se criem condições de superação dos problemas urbanos, como a falta de moradia.

Como foi visto, a Política de Habitação no Brasil é recente, pois por muitas décadas não existiu interesse do Estado em garantir uma melhor qualidade de vida da população, ou seja, o mesmo se tornou omissor a todas as formas de ocupação do solo urbano, não se preocupando em criar um mecanismo de superação e emancipação da população. Quando se fala em habitação, não está se referindo apenas à casa, está se falando em um conjunto de outras possibilidades de se viver bem, como ter o direito a uma educação de qualidade, um emprego, meio de transporte, acesso a bens e serviços, lazer, enfim todos esses recursos que sabemos serem necessários.

Porém, o problema na habitação continua a ser uma questão a ser superada, contudo como uma política pública inerente ao Estado, pois a maior parte da população não tem acesso a esses bens e serviços e é completamente excluída de qualquer possibilidade de emancipação.

Provavelmente a face mais visível da radicalização da questão social no urbano no momento atual é a

existência, em contraponto aos denominados aglomerados de exclusão (favelas, cortiços e loteamentos clandestinos) os enclaves fortificados e auto segregados formados pelos condomínios da classe média alta. (LIMA, 2010, p.3)

Esses por sua vez ainda têm onde morar, provavelmente são trabalhadores formais ou informais que ganham um ou dois salários mínimos, porém não conseguem ter renda suficiente para acessar “os programas de moradia para todos” do Governo Federal, porém são inúmeros os casos de pessoas desempregadas que não tem onde morar e vivem ou sobrevivem sem teto, embaixo de viadutos, nas praças, nas ruas, imersos a fome, ao frio, a doenças, etc.

A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas, o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento visa manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano (SINGER, 1982 apud LIMA, 2010, p.3).

Infelizmente as cidades brasileiras reproduzem as desigualdades sociais através de um intenso processo de precarização das condições de vida, com o crescimento do desemprego e do trabalho informal, a presença da violência e do crime organizado, a fragilização dos vínculos sociais que somados a maneira como as cidades foram constituídas, expõem as famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidades sociais (PAZ & JUNQUEIRA, 2010). Sendo assim, as cidades constituem espaços privilegiados de uma divisão sócio espacial, onde se expressam as refrações da questão social, que revelam a

situação social em que se encontram os diferentes grupos sociais, podendo reforçar a segregação, desigualdade, preconceitos e pobreza existentes.

Portanto, essas questões são fundamentais para entendermos as demandas que são colocadas para a intervenção dos profissionais em programas de habitação, como na CEHAP na cidade de Campina Grande. Contudo, o assistente social devido a sua formação crítica e propositiva tem sido bastante requisitado para atuar nesses programas, também pelas referências teórico-metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão. O próximo capítulo apresenta ações relatadas sobre a CEHAP, enquanto gestora do Programa Habitacional Popular da Paraíba para se apreender à dinâmica do Serviço Social e sua constituição como profissão que intervém nas expressões da questão social via políticas sociais.

3.0 A Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) – Gestora do Programa Habitacional da Paraíba

Inicialmente, para que possamos conhecer a citada instituição no aspecto administrativo e no gerenciamento dos programas habitacionais, dentre eles o setor Pró-Moradia, vamos relatar as ações desenvolvidas pela CEHAP, já que esse é o órgão responsável pela execução dos programas voltados ao atendimento das demandas habitacionais no Estado.

A CEHAP é um agente promotor financeiro e de assessoria técnica do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) que segue as normas e instruções de órgãos do Governo Federal, particularmente da Caixa Econômica Federal, que lhe forem pertinentes. Assim, adota padronização contábil específica definida pelo operador do FGTS e se rege pelas normas financeiras determinadas pelo setor habitacional. Está condicionada e subordinada politicamente ao governo estadual, enquanto uma instituição participante da estrutura política e administrativa do Estado da Paraíba, na qualidade de sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei Federal nº 3.328, de 4 de junho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 4.028, de 7 de dezembro de 1965. A CEHAP é

vinculada à Secretaria do Estado e Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba. Sendo sua estrutura organizacional composta por: Órgãos de Administração Superior; Órgãos de pã; Assessoramento e Consulta; e Órgãos de Execução.

Atua no trato direto com o processo de construção da moradia envolvendo todos esses citados órgãos. De forma mais direta, a Gerência de Estudos e Projetos é a responsável pela primeira fase dos projetos que são apresentados à Caixa Econômica Federal. Ou seja, a fase de planejamento. Depois dos projetos aprovados, contratados e efetivados os repasses financeiros para a CEHAP, a gerência de obras se responsabiliza pela construção propriamente dita.

A execução dos programas e projetos gerenciados pela CEHAP não se limita apenas à construção de casas, ela vai mais além. Desenvolve um trabalho técnico social junto às pessoas que serão beneficiadas com as novas moradias enquanto pré-requisitos para autorização do início das obras. O trabalho técnico social é desenvolvido por uma equipe formada por profissionais com formação em Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia devidamente credenciada no órgão representativo das categorias profissionais, com experiência na área de desenvolvimento comunitário e urbano. Posteriormente apresentaremos de forma mais detalhada o referido trabalho técnico social.

A CEHAP é uma instituição com abrangência de nível estadual, com sede em João Pessoa. Em Campina Grande funciona uma das suas gerências, desenvolvendo os mesmos programas e ações administrativas, trabalhados na capital do estado.

Durante o período de estágio observamos o trabalho técnico social que estava sendo desenvolvido junto ao Pró-moradia. Através deste, acompanhamos as atividades desenvolvidas, necessárias à execução desse Programa no Bairro das Cidades, em Campina Grande-PB, junto à população que seria beneficiada com a aquisição de uma casa via o citado Pró-moradia, e sendo desenvolvido o trabalho de intervenção de moradores do conjunto. Esse fato contribuiu para vivenciar um pouco a prática profissional do Serviço Social,

bem como possibilitar uma melhor compreensão das ações voltadas para a área de habitação.

3.1 O trabalho Técnico Social do Programa Pró-Moradia da CEHAP

Com base nas diretrizes da descentralização e das ações integradas objetivando a melhoria da qualidade das habitações, direcionadas à população com renda familiar de até três salários mínimos, foi criado em 1995 pela resolução 178/95 o Programa Pró-Moradia, financiado com recursos do FGTS e contrapartidas estaduais e municipais.

O Pró-Moradia possibilita o atendimento às seguintes alternativas habitacionais: a urbanização e regularização de assentamentos precários, onde são essas modalidades que tratam a inadequação habitacional. Tendo como objetivo realizar obras e serviços que resultem na adequação das condições de habitabilidade, além das questões voltadas à salubridade e à segurança e por fim a produção de conjuntos habitacionais que objetiva a construção de habitações em áreas com condições de habitabilidade adequadas e legalmente deliberadas.

Os participantes envolvidos nesse programa são: Ministério das Cidades no papel de gestor, a Caixa Econômica Federal como agente financeiro e operador de recursos do FGTS, os mutuários (Estados e Municípios) como condição para participação no Programa, a comprovação das suas capacidades de pagamentos/endividamentos. O programa de compromissos anteriormente assumidos para com o FGTS e a disponibilidade de recursos para a contrapartida exigida, que varia de 10% a 20% do investimento. O não cumprimento dessas exigências tem sido a causa da paralisação de algumas contratações, porque se cumpridas à risca acaba seguindo os passos de programas anteriores, em que os mais necessitados eram justamente aqueles que não conseguiam contrair financiamento. Torna-se clara a dificuldade do equacionamento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, devido à difícil situação financeira de Estados e Municípios, enquanto mutuários. Se poucos têm condições sequer de habituar-se ao Programa, não

podendo também arcar com a parcela de subsidio requerida para compensar o baixo poder aquisitivo da população alvo.

Os recursos necessários para viabilização do Programa em discussão são ociosos e os critérios definidos para demarcação da capacidade de pagamento tem sido um fator de dificuldade porque estão longe de atender satisfatoriamente à população com renda mais baixa, aquela que concentra o déficit habitacional.

A nível estadual o Pró-Morada se constitui o maior facilitador da habitação popular em nosso Estado. A partir de 2005 esse programa tem financiado, através da Caixa, a construção de 7 mil unidades habitacionais, em 123 Municípios paraibanos, com valores que totalizam R\$ 90 milhões de reais. Tendo como agente promotor a CEHAP que é uma sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei Federal nº 3.328, de 4 de Junho de 1995.

Como foi mencionado anteriormente, o Pró-Moradia tem como exigência básica para execução dos projetos físicos a apresentação e aprovação de um Projeto Técnico Social. Daí sua razão e importância para o projeto executados pela CEHAP.

O início do trabalho social nos programas do Governo Federal se deu ainda no BNH em 1975, junto aos subprogramas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). Mais adiante veio o PRODEC (Programa de Desenvolvimento de Comunidade). A partir de 1995, na gestão da Caixa, o Trabalho Social ganha maior relevância nos projetos habitacionais com recurso BIRD/FGTS. Com o objetivo de subsidiar Estados/Prefeituras na efetivação do Trabalho Social no acompanhamento das obras foi incorporado aos itens de investimentos dos projetos, um valor específico para o Trabalho Social.

A Caixa avalia a importância do trabalho técnico social nos programas de desenvolvimento urbano, principalmente porque tem o seguinte objetivo: desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de formação social, visando ao desenvolvimento comunitário e à sustentabilidade do empreendimento/projeto. Além disto a Caixa Econômica determina que esse mesmo trabalho técnico social tem o dever assegurar o cumprimento das

seguintes diretrizes: apoio a organização social é incentivo aos processos participativos, incentivo à autonomia da população por meio da utilização de metodologias participativas; atuação integrada em equipes multidisciplinares; estímulo às ações em outras instituições públicas, governos, entidades sem fins lucrativos e/ou empresas privadas; incentivos à articulação dos atores institucionais na promoção da integração de Programas e Políticas Públicas.

As atribuições básicas do técnico social, determinadas pelo Pró-Moradia são as seguintes: análise preliminar da proposta e o estudo da viabilidade e do alcance social; análise do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) realizado pelo proponente; o acompanhamento e avaliação do PTTS em execução pelo promotor; orientação ao proponente credenciado, quando solicitado ou quando for necessário. Importante considerar que este trabalho técnico social fundamenta-se e três eixos básicos de atuação: apoio a mobilização e organização comunitária, geração de trabalho e renda e/ou capacitação profissional e educação sanitária e ambiental. Esses eixos devem estar em consonância com os objetivos do programa, obedecendo à orientação do COTS – caderno de orientação técnico social – Programa de setor público.

A execução dos projetos ligados ao Programa Pró-Moradia não dizem respeito apenas à operacionalização das engenharias, mas principalmente ao envolvimento da população beneficiada com o projeto em execução. Diante desse entendimento o Programa Pró-Moradia vem ganhando relevância, assumindo a política de habitação, bem como o trabalho técnico social realizado no mesmo, que acontece não só nas fases de execução das obras e de ocupação dos imóveis mas na posterior à ocupação desses.

Os aspectos mencionados do Pró-Moradia nos despertaram para conhecimento e percepção dos beneficiários em relação ao Pró-Moradia da alça sudoeste – Bairro das Cidades no município de Campina Grande/PB, por ser o público como qual nos relacionávamos durante o nosso estágio.

4.0 O Serviço Social e a atuação na Política de Habitação

A rotina de trabalho do profissional na atuação do Serviço Social consiste em atender e avaliar as condições socioeconômicas dos mutuários com a

possibilidade de serem contemplados nos programas e projetos da Cehap. Como exemplo de projetos da Cehap está às reformas e construção de casas populares.

São muitos os desafios encontrados na atuação do Serviço Social na atualidade, faz necessário uma pratica de releitura critica da tradição profissional do Serviço Social. Apropriando-se assim as conquistas e superando-as de modo a adequar a condução do trabalho profissional do presente. (IAMAMOTO, 2011, p.23)

Em relação aos projetos do PAC, que é afirmada como novidade da politica de habitação, a participação do beneficiário no acompanhamento dos projetos, onde é a oportunidade que garante a voz do beneficiário possibilitando que os mesmo acompanhe a execução do grande empreendimento, no qual através desta ação a população não esta alheia a tudo em respeito do projeto social que é executado.

A política habitacional envolvendo a construção e o financiamento de moradia no contexto social, isto é, abordando questões relacionadas ao saneamento, a drenagem e a pavimentação das ruas, aos equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, posto policial e outros) que devem existir a sua abrangência. Nesta ordem os órgãos que financiam estes programas habitacionais, a exemplo da Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, necessitam de uma apresentação de projetos sociais quando o município e o Estado solicitam recursos visando à construção de um conjunto habitacional.

O Serviço Social registra os atendimentos que são feitos de forma especifica de acordo com a demanda apresentada por cada requerente. O registro quantitativo é feito através de anotação diária de cada atendimento e o registro qualitativo é feito em relatórios mensais, onde se registram as dificuldades, avanços e as metas alcançadas. Sendo o principal instrumento de avaliação o levantamento das atividades realizadas a partir dos objetivos e metas traçadas para cada atividade, sendo o resultado sistematizado através

do relatório mensal. Isso possibilita a prática profissional, lutando pela defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, pela crescente participação dos usuários e das organizações da sociedade civil na questão dos Serviços Públicos.

Sendo assim observa-se que as ações governamentais de abrangência universal no trato das necessidades sociais, estão sendo deslocadas para o âmbito privado, instituindo critérios de seletividade no atendimento dos direitos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.24)

Neste mesmo viés, Yazbek (2001) considera que as políticas públicas estão sendo reduzidas, assim como a cidadania, num verdadeiro desprezo público pelas instituições universais de representação coletiva, despolitizando o reconhecimento da questão social brasileira como expressão de relações de classe e neste sentido desqualifica-a como questão pública, transferindo a responsabilidade no trato da mesma para o âmbito privado, deslocando a pobreza para o lugar da não política e sim gerida pelas práticas da filantropia.

5.0 A experiência no campo de estágio.

A experiência no campo de estágio é resultado da observação e intervenção junto à associação de moradores do Bairro das Cidades, onde especificamente foi desenvolvido o trabalho no sentido de contribuir com o fortalecimento e o engajamento dos moradores junto à associação. O trabalho desenvolveu-se no sentido de motivar a luta por uma condição digna de moradia e incentivar a participação na tomada de decisão para o enfrentamento das demandas como caminho para solucioná-las. Verificando a individualidade como também o compromisso com a realidade do cotidiano.

Realizamos uma reunião com o objetivo de conhecer melhor as pretensões, reivindicações e até mesmo conhecer a organização da própria associação e seus componentes e as funções desempenhadas pelos membros em seus cargos como participantes ativos (12 componentes). A associação é composta pelos seguintes cargos: o presidente, a vice-presidente, a secretária,

2ª secretária, tesoureiro, 2ª tesoureiro e o Conselho fiscal e um comunicador e divulgador.

Em reunião com os membros da associação foram discutidas e debatidas as suas reivindicações onde estive com a postura de ouvi-los sem interferir em seus anseios de conquistas para o conjunto bairro das cidades. Colocaram reivindicações como: calçamento, creche, posto de saúde e transporte coletivo que transitasse dentro do conjunto e principalmente a legalização da associação junto a UCES.

O primeiro encontro, no dia 6 de junho de 2009, foi realizado na residência de um dos membros da associação com o objetivo de expor o projeto de assessoramento e ouvir os mesmos em suas reivindicações e suas propostas.

Em seguida houve reunião com o Sr. Superintendente da STTP e com a secretária de serviços e obras urbanas (SOSUR). Como também foi apresentado pela comissão o interesse da Associação ser devidamente reconhecida pela UCES. Para atingir essa finalidade seriam proporcionados eventos como bingo para arrecadação da quantia estipulada para sua filiação.

No primeiro encaminhamento houve uma reunião na STTP (Superintendência de Trânsito e Transporte Público) com o superintendente Sr. Derlópidas Neves e com a comissão de moradores do Conjunto Bairro das Cidades. Foi promovido esse encontro com o objetivo de ser atendida a reivindicação dos moradores de que os coletivos públicos trafegassem por dentro do conjunto. Sendo determinada a entrada dos coletivos públicos dentro do conjunto ficando assim firmado o compromisso.

No segundo encaminhamento, houve uma reunião com a participação da Secretária de Obras e Serviços Urbanos e com as lideranças comunitárias do conjunto habitacional bairro das cidades. Na qualidade de estagiária de Serviço Social articulei a visita ao conjunto acima citado com a diretora administrativa da SOSUR. Com a finalidade de reafirmar o compromisso de finalização do serviço de terraplanagem iniciado, uma vez que, as crateras deixadas pelas chuvas ocasionadas nos últimos dias vem causando transtornos a comunidade

em geral. A terraplanagem tinha como objetivo favorecer o itinerário do transporte coletivo que atenda uma reivindicação almejada pelos moradores desde a entrega das unidades habitacionais. Esse serviço viria proporcionar uma maior comodidade e segurança para todos que fazem esta comunidade, compromisso este firmado no último encontro com as lideranças e o coordenador do setor responsável. Após visitação das ruas prejudicadas o diretor acompanhado das lideranças e estagiária, reafirmou o compromisso com os presentes, que no mês em curso os serviços seriam concluídos.

Numa outra oportunidade houve uma reunião na SOSUR (Secretaria de Obras e Serviços Urbanos) com a liderança da associação do conjunto bairro das cidades e o Sr. Secretário Ricardo Pedrosa e o Sr. Itamar Oliveira Barros (Gerente administrativo) com a presença representativa da coordenadora do programa Pró-Moradia, a assistente técnica-social e com a minha presença enquanto estagiária de Serviço Social e articuladora do encontro. Na abertura da reunião o Secretário Ricardo Pedrosa argumentou que por ocasião do pouco tempo que assumiu o cargo de secretário, estaria com muitas demandas de serviços a serem executados e também relatou a dificuldade da secretaria em cumpri-las por falta de maquinários disponíveis para executar as atividades. E também foi dito que as demandas seriam submetidas à agendamento e ao calendário do secretário no atendimento ao público.

Sendo assim, até o término a intervenção foi apenas atendida a reivindicação feita a STTP (Superintendência de Trânsito e Transporte Público) sobre a passagem dos transportes coletivos por dentro do conjunto. As demais reivindicações foram sendo proteladas e não realizadas em tempo hábil.

Na conclusão do estágio, realizamos uma Palestra sobre a importância da organização comunitária com o intuito de orientar e conscientizar os moradores do conjunto bairro das cidades a fortalecer a unidade da associação. O palestrante foi o professor Cristóvão Andrade, então presidente da Associação dos Professores da UEPB-ADUEPB. O professor abordou a história da organização comunitária valorizando o interesse e a importância da comunidade lutar pelos seus direitos, enfatizando a participação das mulheres na associação. Destacou a difícil luta da associação na perseverança dos

associados permanecerem num objetivo comum a todos. Foram feitas algumas colocações pelos beneficiários do conjunto bairro das cidades sobre a criação do Clube de Mães do bairro. O professor afirmou que o objetivo principal de todos deverá ser cuidar do fortalecimento da associação e da organização das mulheres e de seus engajamentos na associação de moradores e organização feminina.

Mediante as ideias ditas pelos moradores acerca de alcançar os seus objetivos comunitários através da organização civil, faz refletir sobre o papel do serviço social no sentido de pensar as estratégias de enfrentamentos das questões urbanas que trazem demandas de caráter técnico, teórico, metodológico e ético-político para a profissão.

Dessa forma não se pode deixar que os limites colocados para a profissão nos impossibilitem de realizarmos nossas atividades, para tanto é o momento de unirmos forças com a categoria, com a sociedade civil e com os movimentos populares na luta pela efetivação de direitos.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de esboçar uma reflexão crítica acerca do atual momento em que se encontra a dinâmica da política habitacional e a sua trajetória no Brasil e com o interesse de salientar as desestabilizações provocadas por uma política pública-privada tal como o programa Minha Casa Minha Vida, deparamo-nos com o árduo processo de construção e consolidação da política habitacional, e a luta dos movimentos sociais ligados a essa questão, visando ao combate do déficit habitacional brasileiro.

Neste artigo tratamos da Política de Habitação no Brasil e especialmente em Campina Grande-PB da experiência no campo de estágio a partir da perspectiva teórica, metodológica apreendida no decorrer de anos de estudos em sala de aula e da revisão bibliográfica inerente ao tema. Destaco a experiência de estágio onde na condição de aluna do curso de Serviço Social fui encaminhada à CEHAP para realização do estágio supervisionado e tive a oportunidade de aproximação com a política de Habitação e o movimento

comunitário, tornando a experiência interessante no que diz respeito à unicidade entre teoria e prática.

Acompanhamos as ações desenvolvidas pela CEHAP, órgão responsável pela execução dos programas. Foi realizado o trabalho de intervenção no conjunto Bairro das Cidades onde residem famílias desde meados do ano 1988, no qual a prefeitura municipal doou o terreno às famílias que ali residem, situado no loteamento da Catingueira. Nessa área foi construído o conjunto habitacional que é formado por 322 unidades habitacionais, sendo 27 casas construídas de forma adequada para pessoas idosas e 8 para portadoras de necessidades especiais. Os trabalhos realizados pela equipe técnica social da CEHAP são desenvolvidos através de atividades de encontros, reuniões, palestras e oficinas com a comunidade. Contudo, não encaminham nem instruem os mesmos para reivindicar aos setores, ou seja, aos órgãos competentes para atendê-los em suas necessidades e reivindicações.

O acompanhamento das atividades realizadas pela equipe social aos beneficiários do Pró-Moradia do Bairro das Cidades nos possibilitou manter um relacionamento com todos que procuravam a CEHAP. Foi neste contexto que percebemos a necessidade de conhecer como os mutuários viam o Pró-Moradia do Bairro das Cidades; como eles o percebem no conjunto de suas ações. Assim, o objetivo da intervenção foi desenvolver ações de fortalecimento da associação comunitária e mais engajamento dos beneficiários do conjunto em relação ao trabalho da associação. Realizamos o trabalho através de atividades de mobilização, na busca de despertar dos moradores acerca da importância da conscientização para a participação comunitária mediante palestras, oficinas, motivando a participação. Os integrantes da associação dos moradores de maneira geral ensejavam que os problemas do bairro, como a falta de infraestrutura, de saneamento básico, ausência de creche e posto de saúde próximo ao Conjunto, a negligência da CEHAP e o descaso do poder público, fossem resolvidos sem a participação dos mesmos. Precisavam refletir que o fortalecimento da associação dos moradores dependia da participação deles para a tomada de decisão e o enfrentamento de tais demandas que é esse o caminho para solucioná-las. Percebendo assim que a individualidade

sobrepondo aos interesses coletivos enfraquece a associação e a luta por direitos á efetivação de políticas públicas nas áreas urbanas, como também gera certo conformismo com a realidade do cotidiano, sem expectativa de alterá-la através de mobilização da própria comunidade.

A partir da experiência no campo de estágio podemos afirmar que as conquistas só são alcançadas quando a população se organiza e se mobiliza através de movimentos sociais e etc. A mobilização pressiona o Estado a agir através de políticas sócias, e de medidas que atendam às demandas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Selma de Castro. “A habitação como espaço de vida, de convivência e de organização comunitária”. Ju: Anais do Seminário Assistência Social – Enfrentando as desigualdades, em defesa da democracia, trabalho, direitos humanos e sociais no Brasil. Fortaleza: CRESS 3ª Região, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17ª ed. São Paulo, Cortez , 2009.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de. Movimentos Sociais e a Cidade: determinantes e condicionantes da ação coletiva na atualidade. In BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). **Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho**. Rio de Janeiro: ENSP-FIOCRUZ, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Estudos Técnicos: Caracterização dos Tipos de Municípios**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, maio, 2008.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. JUNQUEIRA, Kleyd. **Cidades, Desigualdades e Terrítórios**. In. Capacitação Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social (Modulo 01). Ministério das Cidades, 2010.

QUEIROZ, Luiz Cezar de. SANTOS J, Orlando Alves. **Desafios da questão urbana**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, p. 4-5, 2011.

ROLNIK, Raquel. O que é Cidade. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011

ROLNIK, Rachel. **Direito à Moradia versus Especulação Imobiliária**. Revista Caros Amigos, São Paulo, p. 12-17, 2011.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: Equipe; Salvador: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio Histórico da profissão**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2011.

____. **Trajetória do Trabalho Social em Habitação**. In. Capacitação Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social (Modulo 02). Ministério das Cidades, 2010.